

ACESSIBILIDADE NOS PASSEIOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE DIRECIONADA AO CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL, ELDORADO.

LIANDRA MELO CARVALHO¹, MARIANNE MAIA DE SOUSA², ÉRIKA LAÍZE SILVA ALMEIDA³, ALMIR MARIANO DE SOUSA JUNIOR⁴, ROGÉRIO TAYGRA VASCONCELOS FERNANDES⁵.

¹Graduanda em Engenharia Civil CE, UFERSA, Mossoró-RN, liandrameloc@gmail.com;

²Graduanda em Direito CCSAH, UFERSA, Mossoró-RN, mariannemaia01@gmail.com;

³Graduanda em Engenharia Civil CE, UFERSA, Mossoró-RN, erica_laize@hotmail.com;

⁴Dr. em Ciências e Engenharia de Petróleo, Prof. Adj. DCA, UFERSA, Mossoró-RN, almir.mariano@ufersa.edu.br;

⁵Dr. em Ciência Animal, Prof. Adj. DCA, UFERSA, Mossoró-RN, rogerio.taygra@ufersa.edu.br;

Apresentado no
Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia – CONTECC
15 a 17 de setembro de 2021

RESUMO: Perante o crescimento desordenado do meio urbano, as cidades se caracterizam pela exclusão à população que possui limitações físicas, um problema que se agrava em cidades como Natal/RN onde mais de um quarto da população é composta por pessoas com deficiência (PcD), fazendo-se necessário analisar as rotas e os passeios pelos quais os cidadãos natalenses transitam, com ênfase nas zonas de interesse social, marcadas pela escassez acentuada da acessibilidade. Destarte, foi desenvolvida a presente pesquisa aplicada no conjunto Eldorado, situado na Zona Norte de Natal, analisando os percalços identificados e apresentando as propostas de adequação na locomoção de pedestres, em especial os PcD, pelos passeios públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Calçadas, Pedestres, Caminhabilidade.

ACCESSIBILITY IN PUBLIC RIDES: A STUDY FOCUSED ON THE NEIGHBORHOOD OF SOCIAL INTEREST, ELDORADO.

ABSTRACT: Considering the urban environment inordinate growth, cities are renowned by the social exclusion of those with physical disabilities, a problem that worsens in cities like Natal-RN a place where more than a quarter of the population are people with physical disabilities (PPwD), doing what is necessary to study the routes and courses that the Natal citizens take, focusing in zones of social interest known by their lack of accessibility. Furthermore, the present reasearch was developed and applied in the Eldorado neighborhood, which is located in the north of Natal, discussing the noticed obstacles and proposing adequacies for the pedestrian transity, especially for PPwD, in public courses.

KEYWORDS: sidewalks, pedestrians, walkability.

INTRODUÇÃO

A promoção da inclusão social diz respeito, necessariamente, a valorização de um espaço público acessível e ao reconhecimento do direito de todas as pessoas de ir e vir com autonomia e segurança, como previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988. Uma das grandes problemáticas vivenciadas nas cidades é a supressão de tal direito para pedestres, sendo considerados os usuários mais vulneráveis do sistema de transportes e requerem atenção especial no planejamento e no gerenciamento do tráfego. (Ogden, 1996). Essa atenção deve ser intensificada quando se trata dos portadores de deficiência (PcD) e outros grupos pessoas com mobilidade reduzida, tais como os idosos.

Se tratando das vias, o meio de circulação dos pedestres são os passeios, definidos como parte da calçada ou da pista de rolamento, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de

pedestres. (ABNT, 2015). A situação dos passeios requer um maior enfoque, já que na prática, são construídos pelo proprietário das residências, que na maioria das vezes não tem o entendimento necessário ou não atendem as recomendações de acessibilidade.

Muitas vezes a acessibilidade vem sendo deixada de lado na construção de passeios, porém o art.13, inciso III, do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) enfatiza a importância que deve ser dada nas vias aos PcD, afirmando que as cidades devem elaborar rotas acessíveis e os passeios públicos devem ser implantados ou reformados pelo poder público, de modo que venha a garantir a acessibilidade para as pessoas com deficiência ou outros grupos com mobilidade reduzida.

Direcionando essa perspectiva ao Rio Grande do Norte (RN), tem-se que, no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, o RN estava entre os estados com maior percentual de deficientes em sua população, correspondendo a 27,8% da população. Soma-se, ainda, a pesquisa realizada por Silva (2018) com os natalenses portadores de deficiência, onde foi constatado que 84,70% deles consideram a acessibilidade da cidade ruim ou péssima. Tornando-se, assim ainda mais notória a importância de proporcionar passeios acessíveis e promover a igualdade na mobilidade dos moradores de Natal, principalmente nas áreas de interesse social onde esse problema é ampliado.

Desta forma, para investigar e solucionar tal problemática, faz-se mister averiguar a observância dos parâmetros legais de acessibilidade pelos gestores da capital do RN, dando ênfase nos passeios onde transitam os pedestres, em especial sob a perspectiva daqueles com limitações físicas, por se caracterizarem como uma grande barreira à acessibilidade nas cidades hodiernas, sendo intensificados nas áreas mais hipossuficientes do espaço urbano.

Não obstante, nessa conjuntura, por meio da investigação se fez a proposição de medidas interventivas a curto e longo prazo, com o fito de possíveis melhorias na mobilidade urbana e a efetivação do direito de ir e vir inerente a todos os cidadãos brasileiros.

MATERIAL E MÉTODOS

O conjunto Eldorado, situado no bairro Lagoa Azul, zona norte de Natal, é um dos 7 (sete) conjuntos habitacionais de interesse social, assim caracterizado pela renda predominante da população ser de até 03 (três) salários mínimos, que estão passando pelo processo de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S) na capital potiguar.

Como os autores do presente trabalho atuam no processo supracitado enquanto pesquisadores e extensionistas do Núcleo Acesso à Terra Urbaniza da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) que tem efetivado o processo de regularização em parceria com o governo do Estado, essa pesquisa é, em seu âmago, aplicada, quantitativa e de campo porque objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução dos problemas já citados de forma quantitativa, pois se centra na objetividade, considerando a realidade a ser compreendida com base na análise de dados brutos, recorrendo à linguagem matemática para descrever a atual situação do conjunto. Ademais, foram analisados dados fáticos do conjunto em análise, já que além de dados documentados, foi realizada a coleta de dados junto aos moradores e feito levantamento por meio de fotografias das fachadas dos lotes.

A pesquisa proporcionou, ainda, uma avaliação dos passeios adjacentes às casas do conjunto, sendo que as fachadas de 359 (trezentos e cinquenta e nove) unidades foram analisadas, abrangendo o estudo dos parâmetros que estão regularizados no código de obras de Natal, na NBR 9050 de 2015 e lei nº 275/2009 que regulamenta as calçadas no âmbito municipal.

O primeiro parâmetro analisado foi a presença de obstáculo na faixa livre do passeio pois, de acordo com a NBR 9050 de 2015 todo passeio deve apresentar uma faixa de no mínimo 1,2m de largura livre de quaisquer obstáculos. No conjunto, muitos são os casos de empecilhos para a caminhada na faixa que deveria ser de livre circulação dos passeios porque entre eles estão mobiliários urbanos¹, veículos dos moradores das residências adjacentes estacionados e diversos materiais que acabam servindo como grandes obstáculos para a acessibilidade.

¹ Todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do Poder Público em espaços públicos e privados. (Natal, 2009)

Além disso, observou-se patologias que estão presentes em boa parte dos passeios, uma vez que muitos são os casos de pisos totalmente rachados e muitos deles correndo riscos de quebrar. Contradizendo, assim, um parâmetro estabelecido no art.126 do Código de Obras de Natal, o qual afirma que a calçada deve possuir piso contínuo sem ressaltos depressões, antiderrapante, tátil, indicando limites e barreiras físicas.

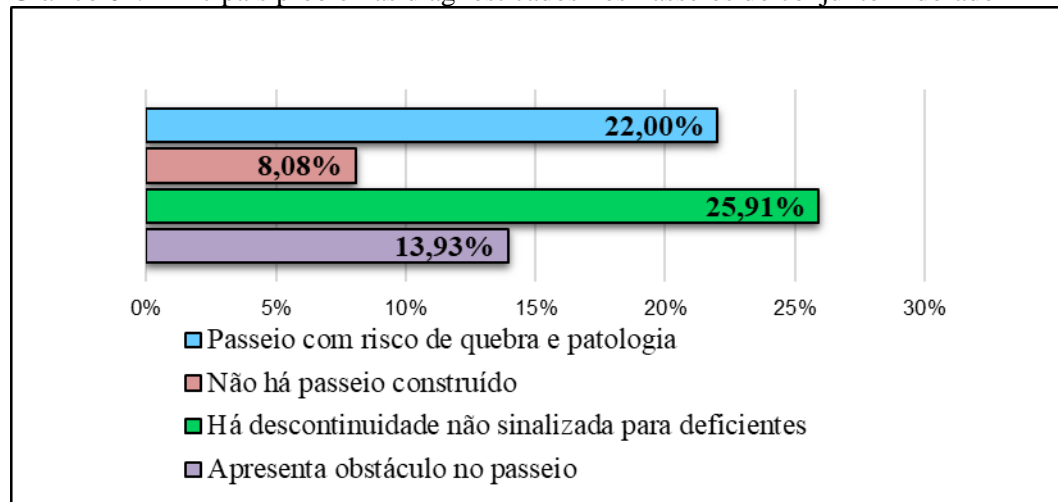
Outro parametro analisado foi de discontinuidades não sinalizadas para deficientes, já que é estabelecido no código de obras do municipio a importancia de tal sinalização ao dispor, no Art. 129, que nas áreas onde houver discontinuidade entre calçadas é obrigatório que se estabeleça uma faixa com tratamento diferenciado, de modo a permitir fácil identificação pelas pessoas portadoras de deficiência visual.

Por fim, também foi observado o parâmetro de lotes onde sequer há construção de passeios para que os pedestres possam se deslocar sobre.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as fachadas dos lotes observados foi feito o levantamento quantitativo dos principais problemas encontradas, de acordo com os parâmetros utilizados para a analise, obtendo o Gráfico 01:

Gráfico 01. Principais problemas diagnosticados nos Passeios do conjunto Eldorado



O gráfico alerta que são muitos os empecilhos que impossibilitam a efetivação da acessibilidade no conjunto Eldorado, já que 251 dos 359 passeios estão fora dos padrões recomendáveis.

Frisando que os 79 passeios com risco de quebra do conjunto como o da letra “a)” da figura 02, apresentam um problema que não se restringe as PcD, pois torna toda a população que por ali transita suscetível a acidentes.

Percebeu-se, também, que por parte dos próprios proprietários são colocados muitos obstáculos nos passeios, pois 50 dos 359 passeios apresentavam obstáculos na faixa de livre circulação, como pode ser exemplificado na letra “b)” da figura 2. Outro problema que acaba sendo gerado pelos proprietários são as discontinuidades não sinalizadas nos passeios, que ocorreu em 93 dos passeios observados, e pode ser visto na letra “c)” da figura 2. Ambos problemas se dão pelo fato de muitos não serem conscientizados sobre os problemas que isso pode causar e/ou até mesmo por não conhecerem as legislações pertinentes, bem como pela ausência de fiscalização estatal.

Além disso, 29 dos lotes não possuíam passeios construídos, como na letra “d)” da figura 2 ocorrendo devido a falta de recurso dos proprietários dos lotes para sua construção ou também por a falta de informação sobre sua importância.

Figura 02. Passeio com obstáculo



É certo que a solução de todos esses problemas encontrados é de suma importância para a circulação segura dos pedestres, bem como é sabido que algumas soluções demandam maior tempo, a passo que outras podem ser feitas em curto prazo. Sarmiento (2012) citou em seu trabalho algumas medidas que podem ser aplicadas nos passeios de forma relativamente rápida, tais como: deslocar o material que se encontra na faixa de circulação; desviar e sinalizar o percurso para um local adequado de acordo com a NBR 9050; realizar serviço de manutenção dos revestimentos existentes; reservar e sinalizar áreas apenas de armazenamento de lixo.

Já a longo prazo, pode-se citar como exemplo o projeto executado em Vitória/ES chamado projeto Calçada Cidadã, gerando um enfoque na conscientização da população quanto à importância de se manter as calçadas em bom estado de conservação e com o percurso seguro e sem obstáculos para os pedestres. Buscou-se, também, a reforma das calçadas com base na NBR 9050, gerando uma padronização das mesmas, implantando calçadas próximas do modelo de calçada ideal, com requisitos necessários para circulação de pedestres, estabelecendo altura limite para as rampas colocadas nas calçadas quando se trata de passagem de veículos por elas, recomendação do uso de piso tátil para deficientes visuais, principalmente nas áreas de maior circulação e uma faixa livre suficiente para acomodar pessoas vindas em duas direções sobre os passeios (Melo, 2005).

CONCLUSÃO

Com a pesquisa elaborada, pode-se observar a relevância de tratar da acessibilidade no ambiente urbano. Percebe-se também, que atenção maior deve ser direcionada aos passeios públicos, pois muitos são os problemas que estes apresentam para a população que tem mobilidade reduzida, tais como deficientes e idosos que transitam a pé pela cidade.

Enfatizou-se, inclusive, a necessidade de alertar aos gestores públicos da cidade de Natal, já que a porcentagem de deficientes aqui ultrapassa a dos demais estados brasileiros e uma maior concentração de pessoas portadoras de deficiência demanda maiores investimentos na acessibilidade da cidade.

Quanto à pesquisa feita no conjunto Eldorado, constatou-se que dentre as barreiras encontradas no local, destacaram-se passeios com risco de quebra e patologia e passeios com descontinuidade não sinalizada para deficientes. Para intervir e melhorar a situação medidas a curto e longo prazo devem ser tomadas. Todavia, é importante salientar que não basta a intervenção estatal, já

que boa parte dos passeios são construídos e mantidos pelos proprietários dos lotes, sendo de suma importância que haja a conscientização destes.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.
- BARCELLOS, Ana Paula de.; CAMPANTE, Renata Ramos. A acessibilidade como instrumento de promoção de direitos fundamentais. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glaco Salomão (Coord.). Manual dos direitos da pessoa com deficiência. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.
- Brasil. Decreto 5296 de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n°s 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Diário Oficial da União 2004; 02 dez.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/99/cd_2010_resultados_gerais_amostra.pdf> Acesso em: 03 set. 2019.
- Brasil. Lei 13.146 de 6 de julho 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015; 06 jul.
- DUARTE, Cristiane Rose; COHEN, Regina. Pesquisa e projeto de espaços públicos: rebatimentos e possibilidades de inclusão da diversidade física no planejamento das cidades. In: projetar 2005 –II Seminário Sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura, Rio de Janeiro. 2005
- GARCIA, Carla Cristina. Sociologia da Acessibilidade. 1ª ed. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008. 156 p.
- LIPPO, Humberto .Sociologia da acessibilidade: e reconhecimento político das diferenças. 1ª ed . Canoas: Editora da ULBRA, 2012
- MELO, F.B. (2005) Proposição de Medidas Favorecedoras à Acessibilidade e Mobilidade de Pedestres em Áreas Urbanas. Estudo de Caso: O Centro de Fortaleza. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Engenharia de Transportes, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.
- Natal. Lei 275 de 12 de março de 2009. Dispõe sobre a regulamentação das calçadas no Município de Natal e dá outras providências. Diário Oficial da União 2009; 12 mar.
- OGDEN, K.W. (1996) Safer Roads: Guide to Road Safety Engineering. Ashgate Publishing Company, Burlington, U.S.A.
- ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Resolução da ONU nº 217 A (III), de 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em 26 agosto 2019.
- SANTOS, Junior. RN Tem Alto Índice De Deficiência. Tribuna do Norte, Natal, ano 2012, p. 1-4, 28 abr. 2012.
- SARMENTO, B. L. Acessibilidade em Sistemas de Circulação de Pedestres: Avaliação do Campus I da UFPB. Orientador: Angelina D. L. Costa. 2012. Dissertação (Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa- PB, 2012.
- SILVA, Eduardo Patricio. O Direito À Cidade E O Problema Da Acessibilidade Intraurbana Em Natal/RN. Orientador: Prof. Dr. Robério Paulino Rodrigues. Dissertação (Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais) Natal, P.1-145, 2018.
- TUCCI, C. E. M; Porto, R. L.; Barros, M. T. (org.). Drenagem Urbana. 1ª ed. Editora Universidade, 1995. 428p.